

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de ÁGUA MINERAL NATURAL, para atender as necessidades da Clínica de Repouso Santa Lúcia (sob intervenção administrativa municipal) pelo período de 06 (seis) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Gerência de Saúde Mental;

1.3. Fundamentação legal: Pregão Eletrônico via Registro de Preços, nos termos da Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020;

1.4. Período: 06 (seis) meses a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços;

1.5. Tipo: Menor preço unitário;

1.6. Caso haja DIVERGÊNCIA entre o descritivo dos itens no edital licitatório e no portal COMPRASNET do governo federal, PREVALECERÁ O DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL LICITATÓRIO.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CAT MAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
01	445485	ÁGUA MINERAL NATURAL potável, sem gás, acondicionada em garrafão de propriedade da empresa fornecedora, fabricado em embalagem PP - (Polipropileno), retornável, resistente a impacto e com capacidade para 20 litros, devidamente higienizado, acoplável aos bebedouros elétricos. ATENÇÃO: deverão ser entregues uma estimativa de 57 (cinquenta e sete) galões semanais em comodato.	GARRAFOES	1370
A empresa ganhadora deverá disponibilizar, sem custos, 20 (vinte) bebedouros elétricos (modelo coluna) em regime de comodato.				

2.2. O quantitativo acima foi calculado com base no estimativo da Ata de Registro de Preços nº 018/2021 (processo licitatório nº 18.666/2020) de aquisição de água mineral vigente para os CAPS, CAPS II E CAPS AD E CAPS i, em anexo.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. No processo de construção e consolidação do Sistema Único de Saúde é possível apontar como uma de suas políticas mais bem sucedidas a de reforma da atenção em saúde mental.

3.3. A partir de um modelo anacrônico de atenção, centrado quase que exclusivamente no recurso à internação em hospitais psiquiátricos, no correr de pouco mais de uma década foi possível redirecionar a política de saúde mental para uma rede de cuidados extra-hospitalares de base territorial.

3.4. Os efeitos desta mudança são palpáveis não apenas no campo sanitário, com a sensível ampliação das possibilidades de acesso ao tratamento em saúde mental, mas alcançam ainda a dimensão mais ampla da cultura, com fortes efeitos na própria visão que a sociedade tem sobre a loucura.

3.5. O presente processo licitatório tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de água mineral apropriada para consumo, fornecendo condições mínimas necessárias para atender aos pacientes internados na Clínica de Repouso Santa Lúcia (sob intervenção administrativa municipal), pelo período de 06 (seis) meses.

3.7. Consoante as informações apresentadas pela Gerência de Saúde Mental às fls. 15/16, a presente contratação justifica-se pela necessidade de se obter meios para o devido cumprimento do Decreto Municipal nº 995 de 14 de maio de 2021, que dispõe sobre a intervenção administrativa junto a Clínica de Repouso Santa Lúcia, cabendo, dentre outras providências, a promoção de compras de equipamentos, medicamentos, insumos e demais suprimentos necessários ao devido cumprimento da intervenção.

3.8. O quantitativo dos materiais indicados no presente feito visa suprir a demanda da Unidade de Saúde pelo período de 06 (seis) meses e se dará através do sistema de registro de preços. Importante observar, que o quantitativo total apresentado pela Gerência de Saúde Mental concerne a uma estimativa de consumo, trata-se de um número variável e não absoluto. É certo que o sistema de registro de preços não vincula a obrigatoriedade do esgotamento da Ata registrada, mas tão somente a solicitação do quantitativo necessário e conveniente ao Requirente, não havendo nesse sentido quaisquer prejuízos à Administração.

3.9. As especificações do objeto bem como seus respectivos quantitativos foram indicados pela equipe técnica da Unidade Requirente, a qual se responsabiliza por todas as informações lançadas no presente, cabendo a servidora, que ora subscreve, apenas a reprodução dos aspectos formais consoante a legislação vigente.



3.10. Cabe listar a comissão responsável pela Intervenção Administrativa na Clínica de Repouso Santa Lúcia:

- Interventora – Helena Ventura Wambier – CPF: 179.512.927-02;
- Diretora Técnica – Vilma Ribeiro Dias – CPF: 694.812.617-00;
- Chefe de Enfermagem – Marina Brantes Almeida – CPF: 156.648.767-60;
- Diretor Administrativo – Wallace Ribeiro Carepa – CPF: 129.341.187-62;
- Diretor Médico: Pedro Gouveia Teixeira – CPF: 639.266.527-72;

3.11. Os membros da comissão acima listados não fazem parte do atual quadro de servidores do município, sendo absorvidos por modo de contratação de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) após autorização ministerial (MPT-MPRJ) e da Procuradoria-Geral do Município pelo processo administrativo nº 019591/2021. O prazo máximo para duração da contratação por RPA se dá por 6 (seis) meses, ante o mesmo expirar será implementado por projeto de lei os referidos cargos no organograma.

3.12. O presente processo licitatório tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo de água mineral apropriada para consumo, fornecendo condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento da Clínica.

3.13. O quantitativo total estimado no Processo Licitatório de 1370 (um mil trezentos e setenta) garrações em comodato, devendo ser entregues aproximadamente 57 (cinquenta e sete) garrações semanais de Água Mineral visa abastecer à Clínica de Repouso Santa Lúcia pelo período de 06 (seis) meses. Vale ressaltar que o total de 20 (vinte) bebedouros elétricos em coluna, foram solicitados pelos requisitantes e os mesmos serão fornecidos em regime de comodato.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1. A Água mineral natural, sem gás deverá ser de primeira qualidade, com as seguintes características:

4.1.1. Ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, como fluoretada, segundo código de águas minerais, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

4.1.2. Os garrações disponibilizados pela Contratada deverão ser em polipropileno, liso, transparente, ter capacidade de acondicionamento para 20 litros, próprios para o acondicionamento de água mineral. Deverão ainda ser resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou



amassados, vir com tampa protetora e lacre de segurança, para evitar contaminações externas;

4.1.3. Devem ainda possuir apresentação e características básicas do rótulo-padrão aprovado pelo DNPM (Decreto-Lei n.º 7.841/1945) e registrado no Ministério da Saúde;

4.1.4. Deverá vir gravados nos rótulos dos garrafões, ou na vedação das embalagens, a data de envasamento e validade do produto, conforme Portaria n.º 470/99 do DNPM.

4.2. Os bebedouros elétricos deverão possuir as seguintes especificações:

4.2.1. Bebedouro elétrico, para garrafão de 20 litros, com duas torneiras, sendo uma para água gelada e outra para água na temperatura ambiente.

4.2.3. Os gabinetes dos bebedouros deverão ser confeccionados em aço carbono, com pintura epóxi a pó, com tampo superior e frontal em poliestireno de alto impacto ou em aço carbono pintado.

4.2.3 Deverão possuir ainda reservatório de água com serpentina externa, com compressor que utilize gás refrigerante ecológico livre de CFC, termostato regulável, certificado pelo Inmetro NBR 16236/2013, cor predominantemente branco, tensão de 200 V, bem como as seguintes dimensões aproximadas (LxAxP) 31 cm x 97 cm x 32 cm, com uso comercial/institucional e não residencial.

4.2.4. A manutenção preventiva e corretiva dos bebedouros em comodato é de inteira responsabilidade da Contratada.

4.3.4. Em caso de eventual necessidade de manutenção corretiva, a Contratada deverá efetuar a substituição do equipamento por outro que atenda às especificações, no prazo máximo de 24h, a contar da solicitação realizada pela Contratante, a fim de não interromper o abastecimento de água até que se conclua o reparo.

5. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

5.1. A entrega deverá ser fracionada conforme necessidade e solicitação da Unidade Requisitante com prazo não superior a 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, o qual indicará o respectivo quantitativo, marca e demais informações importantes a respeito do item a ser entregue naquela ocasião.

5.2. Importante ressaltar que a entrega do objeto será de acordo com a necessidade da Unidade Requisitante, não havendo, desta feita, quaisquer prejuízos à Administração.



5.3. O prazo indicado neste instrumento para a entrega do objeto, qual seja, 05 (cinco) dias contados do recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente, visa garantir de forma célere o abastecimento da Clínica de Repouso Santa Lúcia, haja vista a carência do material solicitado e a iminente intervenção administrativa municipal.

5.4. A entrega do objeto deverá ser efetuada no endereço e horários arrolados abaixo:

*Av. Walter Machado Thedin, Km 72 - Mury, Nova Friburgo/RJ, 28615-315, de segunda-feira à sexta-feira, nos horários de 09h00min às 17h00min;

5.5. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.7. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

5.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da obrigação.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto, previsto no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programas de trabalho, abaixo especificados:

6.1.1 Elemento de despesa: 33.90.30.15;

6.1.2. Fonte de recurso: 007;

6.1.3. Programa de Trabalho: 30001.10.302.0087.2.327;

6.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019 e Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- 8.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;
- 8.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- 8.1.3. FGTS;
- 8.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- 8.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- 8.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

9. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública; As empresas em que estiverem Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme art. 58 da Lei 11101/2015;



9.2. Não poderão participar os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

9.3. A participação do representante legal da empresa far-se-à por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10. 1 Caberá à Contratante:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

10.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

10.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

11.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta,



acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 8.1.

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

11.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

11.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

11.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

11.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

11.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 02 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA



14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surjam no curso da aquisição, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

15.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos presentes materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES	468.036	GESTORA TITULAR
CERES LOURENÇO TEIXEIRA	062.195	GESTORA SUBSTITUTA
FELIPPE J. SCHENQUEL	062.101	SUPERIOR IMEDIATO
ELAINE GOMES	299.141	FISCAL TITULAR
EMANUELLI MACHADO M. LOPES	062.103	FISCAL SUBSTITUTO

15.3. O fiscal do contato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

15.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material.

15.5. A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.



16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

16.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos de cada unidade requisitante, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

17.2. Comete infração administrativa:

- 17.2.1. Apresentar documentação falsa;
- 17.2.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 17.2.4. Ensejar o retardamento da entrega do presente objeto;
- 17.2.5. Não manter a proposta;
- 17.2.6. Cometer fraude fiscal;
- 17.2.7. Comportar-se de modo inidôneo;

17.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.4. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- 17.4.1. Advertência;
- 17.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 17.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

17.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

17.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário,

observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

17.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18. DA RESCISÃO

18.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

18.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Termo de referência elaborado por:

Fernanda Medeiros Rodrigues
Gestão de Processos e Contratos
Matrícula 468.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos do art. 6º, inciso III da lei federal Nº 8.666/93 em analogia ao art.7º, § 2º, inciso I da lei federal Nº 8.666/93, bem como autorizo ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Nova Friburgo-RJ, 22 de setembro de 2021.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde
Matrícula 106.137